

ENTREVISTA

COM O HISTORIADOR
LUIZ FELIPE DE ALENCASTRO

por *Rodrigo Bonciani*

A mudança de ênfase na historiografia, da história econômica para a história social, a cultural e a das mentalidades, que ocorreu a partir dos anos 1970, alterou particularmente os estudos sobre a escravidão. Como você avalia esse processo?

Não é só a história econômica que desaparece, mas a própria história política também sumiu um pouco, eu falo também como cientista político. O fato é que se você pegar os três maiores sistemas escravistas americanos – Cuba, Estados Unidos e Brasil –, todos tiveram um fato político fundamental que decorre da particularidade de seu sistema escravista.

Os EUA, com a separação entre o Norte e o Sul, vão encarar a maior guerra civil do século XIX, uma coisa que é traumática até hoje. Por isso que eles põem aquelas bandeiras todas nas janelas, porque eles se massacraram durante cinco anos com uma violência inaudita. É a primeira guerra acoplada na revolução industrial, uma combinação que vai ser exponencializada na Primeira Guerra Mundial. O estrago então é muito maior, porque você levava para o *front* continuamente tropas, por estradas de ferro, tinha artilharia pesada já, todo tipo de coisa nova que foi usado. Foi uma guerra extremamente cruel que mudou a orientação do sistema político americano. Os EUA viraram um país muito mais centralizado e até hoje é o ponto que os sulistas reclamam, e muitos liberais, dessa preeminência do governo federal sobre os Estados no rescaldo da Guerra Civil.

Se você pega o caso de Cuba, a perspectiva de uma guerra independentista que desencadeasse em paralelo uma insurreição de escravos e um conflito racial, como havia sido o caso em São Domingos, paralisou o movimento de independência cubano durante cem anos e levou sempre os espanhóis a dizer “ou Cuba será africana, ou Cuba será espanhola, olha o

Haiti aí do lado”. Esse drama pesou no destino do país... E o Fidel quando vai à ONU, em 1960, ele fala “Cuba foi o último país da América Latina que se descolonizou”. Esse longo colonialismo espanhol é um drama da história cubana – e se descolonizou ajudado pelos americanos – porque se não eles ficavam naquele impasse, por causa da questão racial.

No Brasil, o tráfico negreiro e a unidade nacional estão relacionados e sobre isso é o primeiro artigo que eu publiquei numa revista acadêmica, em 1979 [La traite négrière et l’unité nationale brésilienne, *Revue française d’histoire d’outre-mer*, nº 66]. Neste contexto, o Brasil reforçou o tráfico de escravos nos portos africanos abandonados pelos negreiros britânicos e americanos depois de 1808, puxou o tráfico de Moçambique para as suas fazendas e entrou mais adentro no comércio africano com as mercadorias europeias de escambo re-exportadas do Rio de Janeiro. Ao restringir o impacto dos princípios abolicionistas e republicanos das revoluções americana, francesa e haitiana, o Brasil encarnou uma contrarrevolução atlântica na primeira metade do século XIX. A dinâmica do tráfico e do escravismo brasileiro depois da independência mudam bastante. É neste período que o Rio de Janeiro se torna o maior porto negreiro das Américas, e o Brasil campeão absoluto do escravismo. No final das contas, Portugal nunca teve as duas instituições que marcam profundamente o Brasil de ontem e de hoje: o escravismo e o federalismo.

Nisso, eu estou de acordo com o Jessé de Souza, sobre o fato de que se dá uma ênfase excessiva no legado da herança ibérica, da herança portuguesa. [Raymundo] Faoro, com essa ideia de que a burocracia se auto reproduz, negligencia o contexto internacional da Independência. Sucede que naquela conjuntura o fator que legitima a Coroa é o equilíbrio perverso que ela mantém entre a Inglaterra, que impunha a rápida supressão do tráfico negreiro, e as oligarquias regionais, que não queriam que o tráfico acabasse nunca. A Coroa, auxiliada por uma diplomacia eficaz, utiliza as solidariedades dinásticas e o fato de representar a única monarquia, “o sistema europeu”, em oposição ao “sistema americano”, republicano, como se dizia no século XIX. É preciso explicar convincentemente por que a colônia portuguesa foi o único agregado político europeu da América que não se fragmentou. Será que o governo do Rio de Janeiro era tão forte assim? Se você não ver essa equação internacional relacionada ao tráfico, você não vai entender. Há um “excepcionalismo”, sim, na unidade nacional brasileira que deve ser explicado. Sustento que a continuação do tráfico negreiro até 1850 teve um papel fundamental nesse processo.

Em todos esses países há uma associação evidente entre a questão da escravidão e a formação nacional que se coloca em um período próximo e de forma decisiva. No Brasil, a Independência, a continuidade da escravidão e a da monarquia, depois, a abolição leva ao colapso da monarquia e à proclamação da República, em Cuba a preservação do estatuto colonial e da escravidão e, nos EUA, a escravidão se coloca como um empecilho à formação da Nação e desencadeia a Guerra Civil.

O Brasil tem a peculiaridade de ter tido tráfico no século XIX, e durou 300 anos, os Estados Unidos não teve no XIX e o tráfico durou 100 anos, para lá foram levados 250 mil africanos e o Brasil recebeu 4,8 milhões. A historiografia culturalista negligencia a economia, a política e também a África. O contexto da reprodução contínua que vem da África. Disso decorre um problema de periodização histórica, daqueles que acham que a ruptura vem em 1808 e 1822, que é a tradição do século XIX, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Foi o historiador [Alexandre José de] Mello Moraes que colocou claramente que a chegada da Corte e a Abertura dos Portos criaram uma situação irreversível, inclusive juridicamente, que só podia dar na Independência. Então, parece que a Independência zera a história colonial e se parte para outra coisa. Mas, o Brasil continuou monarquista, escravista e com o tráfico negreiro.

O escravismo tem que ser estudado nos desdobramentos políticos dos três maiores sistemas escravistas da América, sem dissociar essa problemática da economia e a África do Brasil. Porque nos EUA o estudo da África em conexão com a história nacional não faz muito sentido, porque não é tão umbilical como no Brasil. Os norte-americanos exploraram a própria população negra. Os brasileiros, depois da Independência, exploraram a população negra e a africana. Cuba também explorou a população africana, mas Cuba era uma colônia, não um Estado Nacional.

E essa problemática reverbera do século XIX para o XX e o XXI. Veja, por exemplo, a questão das cotas. Nós estamos hoje numa vaga reacionária e um de seus alvos será em breve a política de cotas. A decisão do Supremo, que foi unânime, e isso é extraordinário, é uma decisão que pode ser contestada no médio prazo. Na minha opinião, quando você avança numa coisa tão nova e tão surpreendente, como foi isso – porque a extensão das cotas à todas as universidades federais foi votada com a maioria menos um voto no Senado e com a maioria absoluta de votos na Câmara – você tem que consolidar. Avançar e consolidar. Não pode radicalizar achando que agora tem uma avenida aberta que você vai avançar sem barreira.

Você tem que consolidar o terreno e eu acho que nós estamos numa etapa de consolidação. Aqui e nos EUA a questão da escravidão, no aspecto político, continua atravessando a história contemporânea, ela não se esgota na problemática do sistema escravista.

Essa lacuna da escravidão para entender a especificidade política é evidente. Fico me perguntando como o historiador António Manuel Hespanha forneceu um paradigma político, todo pronto, que foi adotado no Brasil de forma acrítica. As pessoas nem se quer fazem referência ao seu pensamento como construção historiográfica, se referem como se fosse a descrição do real, do mundo do Antigo do Regime.

É verdade, no seu debate com a Laura [de Mello e Souza], [António Manuel] Hespanha formula, na revista *Almanack*, um dos grandes mal-entendidos da historiografia atual. A Laura havia destacado que a escravidão era uma característica fundamental da história do Brasil. Hespanha relativizou o fato, escrevendo em sua resposta: “No fundo, os escravos estavam, para as sociedades coloniais, como criados, aprendizes, moços e moças de lavoura, rústicos ou camponeses, para as sociedades europeias. Milhões de pessoas, praticamente desprovidas de direitos, à mercê dos pais de família” [Depois do Leviathan, *Almanack Braziliense*, nº 5, 2007, p. 66].

Ora, com isso ele dá sumiço na especificidade histórica do escravismo colonial, do circuito mercantil negreiro, da relação senhor/escravo e do racismo contemporâneo no Brasil e nos Estados Unidos, os dois únicos países americanos nos quais a escravidão é consubstancial à organização do Estado Nacional. Em que sociedade europeia houve um tráfico de criados ou de camponeses na escala e na intensidade do tráfico atlântico negreiro? Em que país europeu foi codificada uma legislação penal, comercial e civil similar à que enquadrava os escravos no Brasil e nos Estados sulistas dos EUA em pleno século XIX? Quando a Rússia, o país mais atrasado da Europa, se preparava para abolir a servidão (1861), a Corte Suprema do país mais avançado do Novo Mundo, os Estados Unidos, confirmava que o escravo era uma mercadoria e decidia que nenhum negro, mesmo livre, podia ser cidadão americano [julgamento no *Dred Scott case*, 1857].

A interpretação de Hespanha só faz sentido com a abstração total do tráfico negreiro – sucessivamente português, luso-brasileiro e brasileiro – e do fato que Luanda e o Rio de Janeiro, duas cidades portuguesas, terem os maiores portos, respectivamente, de embarque e de desembarque de escravos do Atlântico. Mas, Hespanha conhece bem o escravismo moderno, então, suponho que sua comparação entre criados europeus e escravos

africanos decorra da separação entre o tráfico negreiro e o escravismo, e da ideia que o governo dos escravos dependia unicamente da esfera privada, realizando-se somente na relação senhor/escravo.

Trata-se de um equívoco corrente que envolve também o estudo da história indígena, onde a correlação entre a legislação e as práticas relativas entre os índios e o escravismo negreiro desaparece. Mesmo quando ela é intrínseca às instituições, como no caso das missões jesuítas, ou à obra dos personagens, como é o caso do padre Antônio Vieira. Assim, [Jean-Frédéric] Schaub, escrevendo sobre a violência colonial num capítulo do livro de N. Canny e Philip Morgan sobre o mundo Atlântico, refere-se ao jesuíta como os historiadores devotos, tanto brasileiros como estrangeiros, elogiando seu papel na defesa dos índios, mas se esquece que essa era a contrapartida do apoio decidido de Vieira ao tráfico negreiro. Joseph van den Besselaar, importante vieirista holandês que ensinou na Unesp em Assis, escreveu uma biografia do jesuíta, publicada em 1981 em Lisboa e em 2002 no Rio de Janeiro, sem citar uma só vez a escravidão negra e o tráfico negreiro. O [Alcir] Pécora diz que existe uma contradição entre o fato de Vieira ter apoiado a escravidão negra e ter feito oposição à escravidão indígena. Muito pelo contrário, ele era a favor da liberdade dos índios e por causa disso era a favor do tráfico negreiro: a escravização dos negros era a garantia da liberdade dos índios. Vieira escreveu claramente sobre isso. É aqui que se vê a vantagem de uma interpretação sul-atlântica da história do Brasil. Aliás, uma contribuição significativa da historiografia vieirista brasileira, penso nos livros de [Ronaldo] Vainfas e de [Alfredo] Bosi, é a de sublinhar o papel do escravismo e da justificação do tráfico negreiro na obra do padre Antônio Vieira. Tema que havia sido levantado, de maneira pioneira, por João Francisco Lisboa nos anos 1850, na sua biografia do padre Vieira. Não dá para acreditar que historiadores do século XXI ainda continuem ignorando esse ponto essencial do pensamento de Vieira e de sua época.

Sobre essa nova história política, eu costumo pensá-la no contexto de consolidação da União Europeia, num processo de construção de uma nova imagem da Europa sem a violência do colonialismo e sem os conflitos internos, particularmente entre Portugal e Espanha.

Estou totalmente de acordo. A própria *História de Portugal*, escrita por [José] Mattoso é concebida nesse sentido: acabou a ditadura salazarista, acabou o ultramar, nós vamos estudar as origens romanas de Portugal para reconectá-lo à Europa ocidental, à democracia, à União Europeia. A

ligação com o ultramar torna-se um elo religioso, cultural ou linguístico, dependendo do gosto de cada um. A exploração colonial e o tráfico negreiro desaparecem. Como no filme de Manoel de Oliveira “Non ou a Vã Glória de Mandar” (1990), onde o colonialismo português em Angola e Moçambique é evocado sem nenhuma referência ao tráfico negreiro. Ou, como no caso da promoção do castelo de São Jorge da Mina, no litoral de Gana, como “maravilha” arquitetônica portuguesa. O Ministério da Cultura de Portugal alegou que o tráfico negreiro na região só se iniciou em 1637, quando os holandeses ocuparam o castelo. Ora, é bem sabido que houve tráfico português ali desde 1482, quando o castelo foi construído. Aqui trata-se de má fé, o que não é o caso do filme de Manoel de Oliveira.

No Brasil, um dos problemas da historiografia é a questão de pular a etapa da feitoria, como se toda feitoria fosse dar em colônia e toda colônia em nação. No século XVIII as feitorias e os enclaves coloniais da América portuguesa viram uma colônia por causa do ouro e da importação massiva de africanos. É em torno da economia do ouro de Minas Gerais que se cria uma cultura colonial que formata, em seguida, a identidade nacional. É nesse momento que aparece a palavra “brasileiro” como designativo nacional ou proto-nacional. Foi por isso que eu optei pelo termo “brasílico” para designar os colonos do Brasil do século XVII, que já sabiam que eram diferentes dos reinóis, mas ainda não tinham noção que seriam brasileiros num país independente. Antes, você não pode chamar essa gente de luso-brasileira ou brasileira, porque é um anacronismo. Penso que “brasílico” dá conta dessa diferença, caracterizando a especificidade colonial no contexto da época.

No que diz respeito à relação com a África, se você pega a *longuée durée* do tráfico negreiro você vai ver que os chamados “ciclos” do açúcar, do ouro, do café, do tabaco, são na realidade subciclos econômicos. O que você tem é o ciclo do tráfico negreiro, que vai permitir que essas zonas funcionem simultaneamente. Tanto a frente pioneira do café quanto a frente mineira do século anterior se beneficiaram do fluxo contínuo do tráfico negreiro. Esse é o verdadeiro ciclo da economia brasileira, o ciclo do tráfico negreiro. O tráfico negreiro é parte integrante da problemática da independência e da constituição do Estado Nacional, mas foi considerado por muito tempo como um elemento secundário. Ora, esse fator tem consequências decisivas. Assim, a inclusão da história da África no ensino médio e fundamental, que alguns acharam despropositada, pode ser melhor fundamentada lembrando-se que o número de africanos desembarcados no Brasil entre 1550 e 1850 representa seis vezes e meia o número de portugueses entrados na mesma época.

Na lista de oportunidades perdidas no Brasil de se estudar a África, é preciso lembrar aqui a importância do livro de José Honório Rodrigues, *Brasil e África: outro horizonte*, publicado em 1961. O livro rebateu a propaganda luso-tropicalista que Gilberto Freyre faceiramente cedeu para o colonialismo salazarista e integrou a história do Brasil na história da África. Entre outras coisas, ele mostra que Luanda era o segundo porto do Brasil antes de 1808 e continua sendo até 1850. Contudo, veio o golpe militar e o livro de José Honório não chegou a ganhar o destaque que merecia no debate universitário. O estudo da África, e em particular da África lusófona, foi deixado de lado. José Honório tomava posição em favor da independência dos países da África portuguesa, tema que em seguida saiu da pauta da maior parte da esquerda brasileira, do movimento estudantil, etc. O livro se insere no contexto da política externa independente. No momento em que o governo Jânio e o governo Jango, graças a Afonso Arinos [de Melo Franco], San Tiago Dantas, mas também a diplomatas como Antônio Houaiss, colocaram em pauta a abstenção brasileira quando a Assembleia Geral votou a questão de Angola. Portugal não queria que a ONU se metesse, dizia que era questão interna, era apoiado pela Europa inteira e pelos EUA. A virada diplomática brasileira causou um trauma em Portugal, porque os governos de Getúlio e de Juscelino tinham sido defensores ardentes do colonialismo português. Veio o golpe e o Houaiss foi expulso do Itamaraty “incrivelmente considerado como ‘inimigo de Portugal’” como escreveu o embaixador Ovídio de Andrade Melo no seu livro de memórias. E muita gente considera um ponto positivo da ditadura ter sido o primeiro país a reconhecer Angola. Eu acho que isso não é do lado positivo, mas do negativo, a ditadura botou novamente a diplomacia na mão do salazarismo e matou o embrião de política externa independente, que certamente iria pesar numa aceleração das independências das colônias portuguesas. Alfredo Margarido, meio exagerando, me disse uma vez que o golpe de 1964 deu mais dez anos de fôlego para o colonialismo português na África. No final das contas, houve um legado positivo da política de San Tiago Dantas: dois jovens diplomatas que entraram no Itamaraty no final do governo Jango e foram influenciados pela política externa independente, Samuel Pinheiro Guimarães e Celso Amorim, tiveram um papel fundamental na virada africana da diplomacia brasileira nos dois governos Lula.

Você foi orientando do Frédéric Mauro no doutorado, um dos discípulos de Fernand Braudel. Ele e o Pierre Chaunu transladaram a reflexão sobre o Mediterrâneo para o Atlântico, Mauro para o português e o Chaunu para o castelhano.

No título da tese e da edição francesa do livro do Mauro não tinha a palavra Brasil. O título é *Le Portugal et l'Atlantique au XVII^e siècle* (1960). Ele estudava

o Brasil no contexto atlântico. É uma ideia braudeliana do espaço, de geo-história, tirada do grande livro de Braudel sobre o Mediterrâneo. Mauro orientou minha tese e eu trabalhei com ele em diversas circunstâncias de 1971 a 1986. A problemática do Mauro era global, mas deixava de fora a África. Não fui por aí, porque eu tinha lido o livro do José Honório, depois o do [Philip] Curtin, em 1968, e percebi essa importância da África. No meio da redação da tese, Mauro me disse para dar ênfase no Atlântico Sul. Outro professor que me ajudou foi o Claude Meillassoux que estava na minha banca de doutorado e estava renovando a história do escravismo na África. Ele era um historiador marxista e foi um dos pioneiros dos estudos em antropologia econômica na França, nos víamos frequentemente. Roberto Schwarz estava em Paris, e é em São Paulo, uma referência para minha vida intelectual. O Celso Furtado também me ajudou muito. Ele não estava na banca, mas estava na pré-defesa. Embora o nome dele apareça no meu diploma, ele não pôde vir no dia da defesa porque tinha sido nomeado ministro da Cultura. Depois ele esteve na minha banca de livre-docência no Instituto de Economia da Unicamp.

Então você pensa o Atlântico Sul a partir dessa tradição historiográfica.

A história do Atlântico Sul que eu sugiro é uma história que engloba o Brasil, as Áfricas Ocidental e Central, Moçambique e o Rio da Prata, como uma região histórica, na perspectiva de Braudel. Por isso, aceitei, com muita honra e satisfação, ser o fundador da *Cátedra Edison Carneiro* de História Afro-Latino-Americana que vocês criaram na UNILA. Porque a inclusão da Argentina, de Montevideu e do Paraguai nesse vínculo com a África faz toda a diferença, tanto no campo da *Atlantic History* como no campo da historiografia afro-brasileira.

No que se refere à História Atlântica, o envolvimento do Brasil na África é muito maior do que qualquer outro país escravista americano. No que diz respeito à historiografia afro-brasileira, não se trata apenas de uma perspectiva de história regional, bilateral, com enfoque cultural, como se faz, por exemplo, na Bahia. Quando você junta a prata de Potosí e Buenos Aires, Rio, Bahia, Luanda, Lisboa, Sevilha, Macau, você põe o Atlântico Sul no centro da economia mundial. *Fluxos e Reflexos*, de Pierre Verger – resultado de uma tese orientada pelo Braudel – foi o primeiro livro de história das relações África-Brasil, porque o grande livro de [Charles] Boxer, *Salvador Correia de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*, centrava-se na vida desse personagem. Frédéric Mauro, que estava na banca de doutorado de Verger, disse que o Braudel criticou Verger, deu a nota mínima porque achou que ele não tinha trabalhado a documentação, embora tivesse depois pu-

blicado e promovido a tese. Conteí isso para o David Eltis, e ele disse que o Braudel tinha razão: ele também teria dado uma nota baixa para Verger.

Mas como disse acima, o Atlântico Sul a que me refiro é mais amplo que o de Verger e se parece com o de Boxer, mas abarca um período mais amplo 1550-1850. É importante salientar a incorporação da parte da América Latina com a qual sempre estivemos ligados, desde o século XVI, o Rio da Prata. Então se trata aqui do lado atlântico da América do Sul. Aliás, o latino-americanismo é uma ideia tardia na história do Brasil, como mostrou Leslie Bethell. Surgiu depois da proclamação da República, no decorrer do século XX e, sobretudo, depois da Segunda Guerra, para chegar no ápice na época da CEPAL [Comissão Econômica para América Latina e Caribe]. Porém, a América Latina sofre agora o impacto de forças centrípetas. Com o Nafta [Tratado Norte-Americano de Livre Comércio] os americanos engoliram o México e um pouco da América Central, e o Tratado do Pacífico jogou o Peru e o Chile lá para o outro lado. O desenho inicial do Mercosul [Mercado Comum do Sul] estava na configuração do Atlântico Sul, mas é preciso juntar a África. O que eu proponho, e me animou a voltar para o Brasil, é insistir na necessidade de estudar o Atlântico Sul como um espaço histórico que tem passado, presente e futuro.

Estou propondo então estudar o Atlântico Sul entranhado na história do Brasil até 1850 e em seguida analisar o Atlântico Sul renascido depois das independências africanas. Obviamente, estou atento ao fato de que isso contraria as separações disciplinares, a divisão dos que estudam a América Latina, mas não a África, e vice-versa.

Que avaliação você faz desse último movimento do Brasil em relação à África a partir da política externa do governo Lula, em que momento a gente está dessa história?

Eu acho que esse governo atual [da Dilma], como em vários outros aspectos, é um governo do apagão do lulismo, do apagão diplomático também. Talvez tenhamos vivido, um pouco no governo Fernando Henrique e muito nos governos do Lula, um ponto fora da curva na política internacional e no debate político no Brasil. No Brasil não se debate política externa nas campanhas eleitorais. Em 2014, a Dilma, no discurso de começo de ano, ano de eleição, fez uma saudação ao país e ao se referir ao contexto internacional ela usa a expressão “lá fora”. “Lá fora” nem no império se falava assim, as pessoas eram mais sofisticadas e diziam pelo menos os nomes dos países. O Lula tinha uma experiência de globalização porque era metalúrgico, ele começou a viajar em 1976. E o Fernando Henrique tinha

a rede universitária fora do Brasil. Mas não basta saber, tem que querer, o Fernando Henrique foi a Angola como presidente. Ele sabia mil vezes mais que o Lula sobre o escravismo brasileiro, mas não falou nada sobre isso. Quem falou foi o Lula, na sua visita presidencial em 2003. Lula sabia pouca coisa, mas tinha noção de que o Brasil tinha uma responsabilidade no tráfico negreiro que pilhou e escravizou os povos angolanos. Aquela combinação de Lula, [Celso] Amorim e Marco Aurélio Garcia, que cuidava da América Latina, foi uma combinação excepcional. Agora acabou. Pelo menos provisoriamente. Mas há e deve haver uma continuidade. Há uma dinâmica das relações entre a América Latina e a África que deve ser apropriada pela sociedade civil e por outras instituições. Há também o interesse genuíno dos pesquisadores de recuperar essa história e fornecer novos elementos para essa construção no presente e no futuro.